



## ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO FAMILIAR DO ESPAÇO RURAL PARAENSE: NOVOS ARRANJOS NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E NA GESTÃO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO

## ORGANIZATION OF THE FAMILY WORK IN THE RURAL AREA OF THE STATE OF PARÁ: NEW ARRANGEMENTS ON WORK ORGANIZATION AND MANAGEMENT OF PRODUCTION UNITS

## ORGANIZACIÓN DEL TRABAJOS FAMILIAR PARAENSE: NUEVAS FORMAS DE ORGANIZAR EL TRABAJO Y EN LA GESTIÓN DE LAS UNIDADES DE PRODUCCIÓN

Ketiane dos Santos Alves<sup>1</sup>  
Dalva Maria da Mota<sup>2</sup>

### Resumo:

O objetivo do artigo é apresentar uma interpretação acerca da organização do trabalho dos membros das famílias em unidades de produção na comunidade Nossa Senhora de Lourdes, identificando novas estratégias de produção e reprodução familiar frente ao contexto de limitações de recursos naturais. As reflexões aqui apresentadas são resultantes de uma pesquisa realizada com famílias agricultoras da comunidade Nossa Senhora de Lourdes, localizada no Assentamento Itabocal, município de Mãe do Rio, nordeste paraense. Trata-se de um estudo, realizado a partir de abordagens quantitativas e qualitativas cujas principais categorias de análises são a família, trabalho e seus meios de produção. Os principais resultados mostram que o padrão de exploração do meio natural estabelecido através da agricultura de corte e queima ao longo dos anos nas áreas que compõem a comunidade têm ocasionado problemas associados ao esgotamento de recursos naturais nas unidades de produção familiares e com isso influenciado nos arranjos que se instituem no âmbito do trabalho.

**Palavras chave:** Família. Trabalho. Organização do trabalho. Meio natural.

### Abstract:

The objective of this paper is to present an interpretation of the work organization of family members in production units in the community of Nossa Senhora de Lourdes,

<sup>1</sup> Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável pelo Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil. Bolsista CNPQ. E-mail: [ketiane\\_alves@hotmail.com](mailto:ketiane_alves@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil. Pós-doutorado em Antropologia na Universidade de Londres, Inglaterra. Professora do Programa de Pós Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil. Pesquisadora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental, Belém, PA, Brasil E-mail: [dalva@cpatu.embrapa.br](mailto:dalva@cpatu.embrapa.br)



identifying new strategies for production and family reproduction outside the context of natural resource constraints. The ideas presented here are a result of a survey conducted with farm families in the community of Nossa Senhora de Lourdes, located in Itabocal settlement, municipality of Mãe do Rio, Northeastern Para. This is a study conducted from quantitative and qualitative approaches whose main analytical categories are family, work and their means of production. The main results show that the pattern of exploitation of the natural environment established by the slash and burn agriculture over the years in areas that make up the community have led to problems associated with the depletion of natural resources in family production units and thus influenced the arrangements that establish the scope of work.

**Keywords:** Family. Work. Work organization. Natural environment.

### **Resumen:**

El objetivo de este trabajo es presentar una interpretación de la organización del trabajo de los miembros de la familia en las unidades de producción de la comunidad Nossa Senhora de Lourdes, identificando nuevas estrategias de producción y reproducción de la familia ante el contexto generado por la escasez de recursos naturales. Las reflexiones que aquí se presentan se derivan de una investigación con familias campesinas de la comunidad de Nossa Senhora de Lourdes, localizada en el asentamiento de Itabocal, ubicado en el municipio de Mãe do Rio, al noreste del estado de Pará. Este es un estudio llevado a cabo a partir de enfoques cuantitativos y cualitativos, cuyas principales categorías de análisis son familia, trabajo y medios de producción. Los principales resultados muestran que el patrón de explotación del medio ambiente establecido por la tala y quema en los últimos años en las áreas que componen la comunidad han dado lugar a problemas relacionados con el agotamiento de los recursos naturales en unidades de producción familiar y por lo tanto influenciando en los esquemas de organización del trabajo.

**Palabras clave:** Familia. Trabajo. Organización del trabajo. Medio ambiente.

## **INTRODUÇÃO**

Os estudos sobre a relação entre a família e o trabalho no espaço rural foram destaque na produção intelectual brasileira nos anos 70 e 80 como bem demonstram os estudos de Heredia (1979), Garcia Júnior (1983) Woortmann (1995) e Woortmann & Woortmann (1997), Almeida (1986), Neves (1981), Moura (1978), Seyferth (1985) e Velho (1976). Embora esses estudos tenham sido de grande relevância para entender o campesinato brasileiro e as transformações que se evidenciavam nas suas relações internas e externamente à unidade de produção, o tema da organização do trabalho familiar perdeu centralidade nos estudos recentes. Outras iniciativas de análise têm sido privilegiadas deslocando o interesse dos pesquisadores do interior da unidade de produção para as políticas públicas de desenvolvimento rural (ABRAMOVAY, 1992; GRAZIANO DA SILVA, 1996; VEIGA,

2000; SCHNEIDER, 2009), as relações de gênero (CANTARELLI, 2006), a mobilidade espacial e social (SALES, 1996; BRITO, 2006), a pluriatividade (CARNEIRO, 1999; SCHNEIDER, 2009) ou mesmo para o estudo individualizado dos membros da família nas suas novas situações de trabalho, nem sempre no espaço rural (MOTA, 2008).

Mais recentemente, o tema vem sendo retomado em estudos que tratam sobre a inserção dos membros das famílias em atividades não agrícolas fora da unidade de produção familiar e os efeitos dessas atividades sobre essa unidade produtiva. O debate sobre a pluriatividade – definida pela combinação entre trabalho agrícola e atividades extra propriedade (SCHNEIDER, 2009) – tem trazido análises interessantes e aportado elementos que mostram a diversidade de situações ocupacionais dos diferentes membros da família (agrícolas e não agrícolas), “inclusive aqueles que desenvolvem exclusivamente atividades não agrícolas como a principal fonte de renda” (SCHNEIDER, 2010, p. 2).

Os trabalhos referenciados tratam de realidades do Sul e Sudeste. Esforços têm sido feitos para o estudo dos aspectos produtivos na região Norte (FLOHRSCHUTZ, 1983; HURTIENNE, 2005) e dissertações de mestrados que abordam o tema família e trabalho nesse espaço rural paraense (BATISTA, 2009; BEZERRA, 2010). Entretanto, pequenas lacunas dessa realidade ainda não foram reveladas.

Tendo em conta essas evidências particularmente nas regiões sul e sudeste do Brasil, como tem se dado a organização do trabalho em unidades de produção na Amazônia? Particularmente naquelas que possuem fortes restrições quanto ao uso dos recursos naturais, mas cuja atividade central é a agricultura?

Tomando estas questões como partida para o estudo, objetivamos analisar a organização do trabalho de famílias agricultoras que residem na comunidade Nossa Senhora de Lourdes, localizada no Assentamento Itabocal no município de Mãe do Rio, Nordeste Paraense. A metodologia de pesquisa constou do levantamento de dados secundários (estatísticas e documentos institucionais sobre a região do nordeste paraense e seus habitantes) e primários obtidos através da realização de observação participante, entrevistas estruturadas e semiestruturadas realizadas com membros de 15 famílias da comunidade sobre a história de ocupação da área, composição familiar, ciclos de desenvolvimento, gestão das unidades de produção e, principalmente, sobre organização do trabalho familiar. Na pesquisa, a unidade de

análise considerada foram as famílias, por serem a base da organização social da comunidade.

Do ponto de vista teórico, as discussões foram fundamentadas em estudos que tratam da organização interna de unidades de produção familiar e o processo de ocupação e uso da terra na região do nordeste paraense, dentre estes: Heredia (1979), Garcia Junior (1983), Carneiro (1990), Woortmann e Woortmann (1997), Stropasolas e Aguiar (2010), D'Incao e Cotta Júnior (2001), Cantarelli (2006), Batista (2009), Penteado (1967), Conceição (2002) e Hurtienne (2005).

O artigo está dividido em seis partes: i) introdução indicando a construção do objeto de estudo, objetivo e metodologia utilizada no trabalho; ii) contextualização do processo de ocupação de exploração do meio natural na região do nordeste paraense; iii) o processo de formação da comunidade e as principais fases da agricultura nessa área; iv) a atual disponibilidade de recursos naturais nas unidades de produção estudadas; v) novos arranjos na organização do trabalho das famílias; e vi) As principais conclusões.

Entender as alterações que vêm ocorrendo no interior das unidades de produção de agricultores da região do nordeste paraense é uma tarefa que está longe de ser esgotada. Nesse sentido, vejamos que as análises apresentadas neste artigo, somadas a outras que discorrem sobre a região, podem trazer contribuições sobre as transformações em curso no interior das unidades de produção de comunidades rurais do nordeste paraense, as quais precisam ser melhor compreendidas.

## **1 NORDESTE PARAENSE: ÁREA DE COLONIZAÇÃO ANTIGA**

Segundo Hurtienne (2005) nos últimos quarenta anos os programas governamentais de “desenvolvimento” para a Amazônia têm causado profundas mudanças na estrutura econômica, demográfica e ecológica das suas diferentes regiões. A partir dos anos sessenta, o incentivo a programas de colonização oficiais, construção de rodovias, migração espontânea, crescimento demográfico e políticas de incentivos fiscais levaram ao desmatamento de aproximadamente 17% da área amazônica modificando drasticamente a paisagem da região (HURTIENNE, 2005).

No meio rural paraense, o reflexo dessas políticas modernizadoras é evidenciado a partir de 1961, com a construção da rodovia Belém-Brasília a qual



tinha como objetivo ligar a capital a outros estados amazônicos na tentativa de romper com o isolamento e estagnação econômica da região após a desestruturação das atividades da borracha, da juta e do extrativismo florestal. Segundo Conceição (2002, p 150) a chegada do eixo rodoviário no nordeste do estado favoreceu a “integração de mercados, a oferta de serviços rodoviários, a intensificação do comércio, o aumento de fluxos de pessoas e o crescimento demográfico nas cidades e nas vilas”. Além disso, correspondeu ao período de grandes consequências no que diz respeito às alterações do meio natural ao longo de toda essa região.

No final da década de 1960 a concentração demográfica no nordeste paraense (região Bragantina) era considerável no contexto amazônico. A presença de ex-seringueiros que abandonaram as áreas de seringais, somado às correntes migratórias do nordeste brasileiro e a outros atores (madeireiros/fazendeiros) que foram surgindo com a chegada de novos empreendimentos na região, acarretaram uma forte pressão sobre o uso do solo nesse espaço (CONCEIÇÃO, 2002). Formou-se então um “modelo” agrícola pautado na extração madeireira, pecuária extensiva e agricultura de corte e queima com uso contínuo das mesmas áreas, onde a cada ano reduzia-se o período de pousio, formando áreas com pouca diversidade agroecossistêmica.

De acordo com Hurtienne (1999), a partir dos anos de 1970 esse quadro serviu para legitimar a promoção da grande pecuária e a incorporação de lavouras perenes de médio porte através dos subsídios e incentivos fiscais promovidos pelas agências estatais de desenvolvimento, como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Banco da Amazônia (BASA), sob a orientação de empresas de pesquisas e extensão rural como a Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária (EMBRAPA) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). No entanto, Serrão e Toledo (*apud* HURTIENNE, 1999) mostram que a expansão da pecuária causou resultados econômicos e ecológicos negativos, uma vez que mais da metade do desmatamento produzido nos anos 1970 e 1980 foi consequência da pecuária extensiva. Para esse mesmo autor, esse tipo de sistema de uso da terra demonstrou ser apenas uma variedade da agricultura itinerante ou migratória estabelecida durante séculos na região.

De um modo geral, pode-se resumir que o histórico de uso da terra na região do nordeste paraense apoiou-se nas condições iniciais de supressão de boa parte

das áreas de florestas primárias para retirada de madeiras comerciais, seguido da formação de grandes áreas de pastagens e a sobrecarga demográfica na região. De acordo com Conceição (2002) tais fatores foram determinantes para a redução gradativa da fertilidade dos solos e pressão sobre os demais recursos naturais dessas áreas.

O quadro tratado acima remete à história de formação do município de Mãe do Rio, espaço onde está localizada a comunidade aqui estudada e que sofreu influências diretas do processo de ocupação das demais áreas do nordeste paraense.

Com a construção da estrada Belém-Brasília, em 1960, e o aumento demográfico do município, novas atividades econômicas como comércio e prestação de serviços foram surgindo, aumentando significativamente a migração de novas famílias de várias partes da região do nordeste paraense para a sede do município e, conseqüentemente, para suas áreas rurais. Naquele momento, grande parte dessas famílias se instalou em terras outrora exploradas por madeireiros com fortes restrições para o desenvolvimento de atividades agrícolas e influenciaram para a constituição de vilas e povoados.

No final dos anos de 1960 iniciou a formação do povoado Mãe do Rio, designado pelo mesmo nome do curso d'água que corta a localidade. No início do processo de formação a agricultura era a principal atividade econômica, sendo a mandioca o principal produto. Na década de 1970, a extração de madeira foi se tornando, juntamente com a pecuária, a atividade econômica mais importante. De acordo com os habitantes da região, o avanço da atividade madeireira ocasionou duas grandes transformações na paisagem local: a primeira, relacionada à escassez de áreas de floresta primária, e a segunda, a formação de grandes áreas de pastagens após a retirada da madeira. Estima-se que 80% da cobertura vegetal de mata primária do município foi devastada pela atividade extrativista madeireira, fato que modificou drasticamente os agroecossistemas do município de Mãe do Rio (IDESP, 1990).

A grande concentração de terras, mantida principalmente por fazendeiros/madeireiros, contribuiu para que pessoas que viviam na região, a procura das mesmas, ocupassem parte dessas áreas e desenvolvessem ali atividades agrícolas que pudessem garantir às condições mínimas de sobrevivência. Até 1979, posseiros conviveram com fazendeiros que se consideravam proprietários

das áreas às margens da sede do município de Mãe do Rio, no entanto, com a intensificação da exploração madeireira e o crescimento das áreas extensivas de pastagens, muitos abandonaram suas terras e migraram para áreas mais distantes.

## 2 DE POSSEIROS A ASSENTADOS

A partir dos anos de 1980, inicia-se o processo de formação da Comunidade Nossa Senhora de Lourdes, localizada na microrregião do Guamá, projeto de assentamento Itabocal, a 18 quilômetros da sede do município de Mãe do Rio.

Após um forte movimento de ocupação de terras<sup>3</sup> provocado por famílias que reivindicavam uma política de distribuição das mesmas para trabalhadores rurais da região, uma segunda frente de ocupação é iniciada nessas áreas. Esta por sua vez se deu de forma não pacífica, pois naquele período o grupo JONASA<sup>4</sup> já havia se estabelecido nas áreas que atualmente constituem a comunidade através da formação de quatro grandes fazendas: “Maré Monte, Jonasa, Vale do Capim e Mossoró”, com tamanhos que variavam de 600 a 24.000 hectares (ALVES, 2011).

O acesso a essas terras por agricultores se deu através de um processo de “invasão” sob condições de tensão e enfrentamento, onde cada família demarcou lotes de 25 hectares dentro dessas grandes áreas. Naquele espaço social, a luta pela posse da terra esteve atrelada a um processo de resistência. Durante nove anos as famílias ocupantes dessas áreas viveram sob situações conflituosas, desenvolvendo atividades agrícolas em terras com pouca disponibilidade de matas, dificuldades de escoamento da produção (ausência de estradas) e sem nenhum tipo de estrutura com relação à saúde e educação.

De acordo com Pessoa (2007), a desapropriação da gleba Itabocal ocorreu a partir de 04 de abril de 1989, após reivindicações de trabalhadores e lutas de movimentos sociais que objetivavam a regularização fundiária na região. Somente em 1995 foi criado o projeto de Assentamento Itabocal e assentadas famílias que já detinham a posse da terra, as quais passaram a ser registradas na relação de

---

<sup>3</sup> O termo “ocupação de terras” é geralmente tratado em debates e discursos de integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST que utilizam para o tipo de ocupação de áreas improdutivas. Porém, nos relatos dos entrevistados o termo “invasão” é externado como sinônimo de ocupação de terras, possivelmente pelo fato de estarem justificando que o acesso à terra se deu sob condições de enfrentamento com grupos que se consideravam proprietários de grandes extensões de áreas no município.

<sup>4</sup> Empresa envolvida com exploração madeireira, mineração e portos no Brasil.

beneficiárias do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA). Com a criação do assentamento, estas passaram a dispor de acesso a linhas de créditos, principalmente para o desenvolvimento da bovinocultura. No entanto, para as atividades voltadas para a produção de alimentos não se registram maiores investimentos, fazendo com que as famílias continuassem a desenvolver uma agricultura itinerante, pautada essencialmente no uso do fogo para preparo das áreas de roçado.

## 2.1 O auge da agricultura itinerante

Ao longo dos anos nas áreas da comunidade foi utilizado um modelo de ocupação baseado na exploração dos recursos naturais através do sistema tradicional de agricultura itinerante<sup>5</sup>. O passo inicial de desmatamento das áreas da comunidade foi dado ainda na década de 1970 com a exploração intensiva da madeira e formação de grandes fazendas, porém, este quadro continuou sendo alterado com a chegada das famílias, a partir de 1980, com demarcação de lotes individuais e uso da terra através do sistema corte e queima. A cada ano a área cortada e queimada para implantação de roçados sofria perda de solos, aumento da acidez e porosidade, redução da infiltração e biodiversidade vegetal, afetando principalmente o banco de sementes. Este quadro já havia sido percebido em áreas de ocupação mais antigas do nordeste paraense, assim como discutem Égler (1961) e Penteado (1967).

A partir de 1989, com a redução das áreas de florestas nos lotes, as famílias começaram a implantar roçados maiores de mandioca em áreas de capoeirão (capoeiras altas) e reduzir a implantação de roças de subsistência, pois se percebia a possibilidade de fabricação de farinha para a comercialização, uma vez que dispunham nessa fase de parte da mão de obra dos filhos.

Após 1993, inicia-se nas áreas da comunidade e em regiões vizinhas o “ciclo da goma ou fécula de mandioca”. Nessa fase, as famílias ampliaram seus roçados e começaram a implantar estes em áreas relativamente grandes (10 a 24 tarefas –

---

<sup>5</sup> A agricultura itinerante é um sistema agrícola primitivo, historicamente utilizado nos ecossistemas de florestas tropicais na Amazônia. Nesse sistema o homem derruba trecho da floresta, queimando-o como preparo da terra, geralmente para cultivos de subsistência. São sistemas em que envolvem frequentemente a limpeza de terrenos seguida por vários anos de colheita até que o solo perca a fertilidade natural. Assim, essa área é abandonada e substituída por novos trechos de florestas até que a área abandonada recupere sua produtividade.



0,003 a 0,007 hectares) comparado ao tamanho total de suas unidades de produção.

O “ciclo da goma” foi uma das épocas mais rentáveis para os agricultores da comunidade, pelo fato da produção de goma exigir menor tempo e disponibilidade do trabalho da família na sua fabricação e possibilitar uma renda imediata com sua comercialização. No entanto, os agricultores argumentam que essa também foi uma fase em que as terras sofreram maiores ações antrópicas, uma vez que a produção da goma exigia em seu processo de fabricação uma quantidade significativa de tubérculos e, conseqüentemente, a implantação de maiores áreas cultivadas.

Durante treze anos, as famílias da comunidade tiveram como principal atividade geradora de renda a fabricação da fécula da mandioca (goma). Todavia, com a chegada de empresas que comercializavam a fécula industrializada na região, no ano de 2006 essa atividade deixou de ser praticada, pois o valor do produto industrializado vendido no mercado local era inferior ao valor da fécula fabricada e comercializada pelos agricultores.

O fim do ciclo da goma foi um marco de percepção quanto ao desgaste das áreas cultivadas na comunidade. Naquele período, o meio natural das unidades de produção das famílias apresentava fortes limitações quanto à fertilidade dos solos, indicando baixa capacidade produtiva, uma vez que já não possuíam possibilidades de itinerância (rotatividade) nas pequenas áreas de 25 hectares. Assim, a produtividade dos roçados era afetada a cada ciclo agrícola, fazendo com que as famílias recorressem às áreas de parentes ou amigos para cultivar sob condições de meação da produção, ou reduzir as áreas de seus roçados.

## **2.2 A “sedentarização” na agricultura: uso contínuo das áreas de cultivo**

De 2006 a 2010, as famílias da comunidade voltaram a trabalhar basicamente com produção de farinha como produto principal de obtenção de renda. Fatores como a mudança de ciclo econômico (da fécula da mandioca), disponibilidade de áreas com boa capacidade de produção e a fabricação do produto não exigir grandes áreas cultivadas, explicam a decisão de ter a farinha como principal atividade atualmente praticada.

Atrelado a isso, prioridade é dada aos roçados de mandioca, pelo fato desta poder ser colhida de dois a três ciclos agrícolas seguintes, encarnando aquilo que

Heredia (1979) denominou de “alternatividade”, ou seja, a cultura além de servir como fonte da base alimentar (em forma de farinha) da família, oferece a possibilidade de ser comercializada em qualquer época do ano, (caso sejam implantadas duas roças/ano), fazendo com que o agricultor possa obter durante todo o ciclo recursos financeiro, por menores que estes sejam.

Durante todos esses anos, essas famílias continuaram trabalhando utilizando o sistema de corte e queima com o uso contínuo do fogo, mesmo em áreas de capoeiras baixas ou em áreas de capim, o que muitas vezes tornou-se causa de incêndios acidentais em 50% das unidades de produção das famílias estudadas.

A região que compõem a comunidade Nossa Senhora de Lourdes apresenta-se como uma região essencialmente agrícola e, desde o início de sua colonização, possui um histórico de exploração do meio natural, cuja vegetação passou pelo processo sucessório de extração madeireira, pecuária extensiva (bovinocultura) e atividades agrícolas, ligadas principalmente à implantação de roçados, em especial o cultivo da mandioca (*Manihot esculenta Crantz*) para a produção de farinha, e criação de pequenos animais. Contudo, essas áreas vêm sendo há mais de um século exploradas e preparadas através do uso contínuo do fogo. A repetição dos mesmos métodos de exploração do solo, durante anos, parece ter alcançado um limite quanto à produtividade dessas áreas, cuja consequência é o comprometimento da sustentabilidade das mesmas, devido à redução do período de pousio e diminuição do acúmulo de biomassa e nutrientes. Esses aspectos afetam significativamente a fertilidade dos solos arenosos e, conseqüentemente, os recursos naturais daqueles agroecossistemas, dificultando a manutenção de todos os membros da família em uma mesma unidade de produção.

### **3 A DISPONIBILIDADE DE RECURSOS NATURAIS NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIARES**

Atualmente, a cobertura vegetal das unidades de produção das famílias estudadas é constituída em sua maioria por capim/estepe (57,14%), pastagens (32,10%), capoeira fina (3,64%) e pequenas áreas de roças (0,005%) e de matas ciliares (0,0001%) (ALVES, 2011). Essas condições nos permitem afirmar que o modo de exploração do meio natural adotado durante anos na comunidade modificou significativamente sua paisagem, reduzindo as possibilidades das famílias

de produzirem em áreas de mata e capoeiras, e de continuarem adotando o sistema de itinerância. Diante de tais limitações, as famílias passaram a subutilizar (período de 1 a 2 anos de pousio) as mesmas áreas para o desenvolvimento do conjunto de atividades realizadas em suas unidades de produção.

De acordo com alguns agricultores entrevistados, a repetição do mesmo método de plantio durante décadas, a redução dos períodos de pousio e o uso do fogo como elemento principal de preparação de roças vêm deixando a terra totalmente comprometida com processos erosivos, redução da capacidade de infiltração de água, compactada e com baixa fertilidade para implantações de novos cultivos que possam garantir a manutenção da família no estabelecimento agrícola.

Com a implantação de pequenas áreas de roçados, estas necessitam traçar novas estratégias para garantir a sobrevivência dos seus membros, uma vez que a disponibilidade de recursos naturais e, conseqüentemente, o retorno financeiro que provém do cultivo, da fabricação e venda da farinha, não é suficiente para manter os membros trabalhando somente na unidade de produção familiar.

A baixa eficiência das áreas agricultáveis faz com que os agricultores lancem mão de alternativas na preparação de suas áreas de roçados. Uma delas é a incorporação de adubos e defensivos agrícolas (por 90% dos agricultores estudados) ao longo do processo, aumentando assim os custos de produção sem que seja acompanhado pelo aumento de preços dos produtos cultivados nos estabelecimentos agrícolas.

O cultivo da mandioca ainda é possível em áreas com baixa fertilidade, porém, a produtividade é reduzida a cada ciclo, fazendo com que as famílias cultivem pequenas parcelas de roçados de mandioca em seus lotes e procurem outras condições de plantio em terras de vizinhos ou de parentes.

Das 15 famílias estudadas, 40% possuem terras para plantio, porém com baixa fertilidade e por isso utilizam terras de terceiros para garantir uma produtividade que seja minimamente capaz de manter a família e cobrir os custos de suas unidades de produção; 40% não plantam em áreas de terceiros, mas oferecem suas terras para outras famílias implantarem roças sob condições de troca de dias, meia ou até mesmo sob sistema de arrendamento (geralmente as famílias que possuem áreas de pastos enjuquiradas<sup>6</sup>); 20% destas não utilizam e nem dispõem

---

<sup>6</sup> Termo regional designado pelos agricultores quando se referem às áreas encapoeiradas abandonadas (por um certo período) sem manejo prévio.

terras a terceiros para implantação de cultivos. Para as famílias que arrendam terras de terceiros, o custo de cada tarefa arrendada equivale a R\$ 40,00 (quarenta reais), o que representa um aumento significativo nos custos da produção. Além dos roçados implantados em áreas de terceiros, estas ainda precisam dispor de insumos e mão de obra familiar para manejar tanto as pequenas áreas de roçados implantados no lote da família quanto no lote de terceiros.

As maiores limitações para cultivar nas unidades de produção dessas famílias referem-se à pouca disponibilidade de áreas possíveis de desenvolver os roçados, à baixa fertilidade dos solos, falta de recursos financeiros para o pagamento de maquinários no período de preparo das áreas e pouca disponibilidade de mão de obra familiar para manejar e manter os roçados, visto que parte dos membros também executa trabalhos extra-lote.

As famílias dependentes da produção de farinha enfrentam inúmeras limitações porque não mais possuem possibilidades de rotação de culturas. Em consequência, estão diminuindo o período de pousio das áreas de capoeiras e capins, e reutilizando-as continuamente para a implantação de roçados de mandioca, fato que ocasiona a redução da produtividade e, em decorrência, da renda das famílias, fazendo com que os membros procurem novas possibilidades de obtenção de recursos financeiros fora da unidade de produção familiar.

Considerando os limites do meio biofísico, várias estratégias são desenvolvidas pelas famílias ou pelos seus membros para manter as suas unidades de produção funcionando, tais como: arrendamento de áreas de terceiros para implantação de roçados; incorporação do sistema motomecanizado; membros trabalhando extra unidade de produção da família. O assalariamento ocasional dos filhos em estabelecimentos agrícolas da própria comunidade ou de comunidades vizinhas tem contribuído para suprir a carência de recursos financeiros da unidade de produção da família. Entretanto, ao mesmo tempo, esta unidade demanda mão de obra para manejar o sistema de produção diante de situações limites principalmente de baixa fertilidade do solo que requer maior disponibilidade de mão de obra da família para incorporação de adubos, maior quantidade de capinas, implantação de duas ou mais roças em um mesmo ano em diferentes áreas.

A tensão entre garantir recursos financeiros para a satisfação das necessidades imediatas da família com o trabalho extra lote e a demanda crescente de mão de obra da mesma, para as diferentes atividades no estabelecimento



familiar, têm implicado na reorganização do trabalho e em novas estratégias de reprodução social.

A organização do trabalho da família como uma estratégia de reprodução familiar pode adotar configurações diferentes, e que, além dos fatores limitantes ligados aos recursos naturais e a mão de obra disponível nas unidades de produção, está atrelado também à disponibilidade de recursos financeiros, projetos familiares, apegos e valores tradicionais.

#### **4 NOVOS ARRANJOS NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DAS FAMÍLIAS**

Na comunidade Nossa Senhora de Lourdes, a organização do trabalho familiar é determinada por uma forte dependência da família em relação à mão de obra de seus membros e pela própria estrutura interna e externa de suas unidades de produção. São os membros da família que executam predominantemente as atividades no lote a partir de uma divisão do trabalho em que nem todos realizam “de tudo” na unidade de produção (GARCIA JÚNIOR, 1983). Para Silva (1997, p.64), este é um “processo pelo qual as atividades de produção e reprodução são diferenciadas, pois há uma especialização das tarefas desempenhadas pelos indivíduos”, que comportam uma divisão natural do trabalho fundamentada nas suas características físicas e biológicas.

Autores clássicos analisaram a divisão social do trabalho no interior das unidades de produção de famílias agricultoras no nordeste do Brasil a partir das atividades realizadas por cada membro, seja na “casa” ou no “roçado”. De acordo com as análises de Heredia (1979) e Garcia Junior (1983), a divisão do trabalho era definida e delimitada de acordo com o sexo e a idade dos indivíduos e evidenciada por delimitações de espaços laborais femininos e masculinos. Amparadas nessas análises, consideramos que a divisão do trabalho é fruto de uma construção social, podendo ser ressignificada em cada grupo. Nesse sentido, coadunamos com as idéias de Stancki (2003), quando admite que esta divisão pode ocorrer através da separação das atividades de produção de acordo com o sexo das pessoas que as realizam, mas não deve ser pensada de forma homogênea e linear, pois as delimitações de espaço masculino e feminino variam e assumem concepções distintas, podendo tanto os homens quanto as mulheres desempenhar atividades ligadas ao setor produtivo e reprodutivo. De acordo com a autora, mesmo que

existam normas definidoras de atribuições relativas a homens e mulheres, essas podem variar segundo o contexto.

D’Incao e Cotta Júnior (2001), em um estudo realizado no nordeste paraense, demonstram que, com a diminuição da importância da agricultura de corte e queima, as famílias passaram a utilizar maquinários na preparação das áreas, maximizando o aproveitamento da mão de obra dos seus membros nesse tipo de atividade. Naquele contexto surgiram novos arranjos na organização do trabalho das famílias, um deles foi o afastamento da mulher em relação às atividades no roçado, as quais passaram a desenvolver outras atividades extra lote com a venda de produtos olerícolas em feiras locais. Segundo esses autores, tais arranjos também podem estar relacionados à fase evolutiva da unidade de produção familiar, pois com o crescimento dos filhos homens, reduz a necessidade de mão de obra da mulher no espaço de produção.

Diferente do que foi analisado por D’Incao e Cotta Júnior (2001), na comunidade Nossa Senhora de Lourdes, as famílias vivem em uma situação limite de escassez de recursos naturais que demanda crescente investimento de mão de obra de seus membros, pois, assim como apresentado nos tópicos anteriores, os meios de produção que as famílias dispõem (terras com baixa fertilidade, falta de maquinários para o preparo de áreas, baixo poder aquisitivo para compra de insumos e maior quantidade de trabalho para a preparação e trato com as áreas) não permitem uma redução do tempo de trabalho dos membros na unidade de produção familiar. Por esses motivos, eles acabam saindo para desenvolver outras atividades fora da unidade de produção familiar ocorrendo assim uma reorganização do trabalho da família durante o ciclo agrícola.

Na comunidade, é comum ouvir dos diferentes entrevistados que a agricultura não tem conseguido proporcionar a obtenção de uma renda suficiente para manter a reprodução da família e, conseqüentemente, o trabalho dos filhos apenas na unidade de produção familiar. Do total das quinze famílias estudadas, 73,4% atribuem a saída dos membros para a execução de atividades extra lote à própria vulnerabilidade da agricultura. Relatam que os fatores de produção disponíveis (pequenas áreas, baixa fertilidade dos solos, áreas arrendadas, baixas produções, dentre outros) estimulam a migração dos membros (seja efetiva ou provisória) para a execução de atividades “fora das cercas” das suas unidades de produção.

Os dados permitem analisar que as formas de inserção dos membros das famílias em outras atividades, fora do estabelecimento agrícola familiar, têm causado efeitos sobre as unidades produtivas estudadas, não somente no que se refere aos arranjos nos papéis ocupacionais dos membros, mas também em outras relações, como aumento dos custos de produção com a contratação eventual de trabalhadores e uma sobrecarga de trabalho para os membros que disponibilizam integralmente sua força de trabalho no interior das unidades produtivas. Mudanças na organização do trabalho da família são demonstradas no quadro 01 segundo uma classificação da quantidade de famílias que possuem membros trabalhando intra e extra unidades de produção.

Nº de famílias com membros trabalhando intra e extra unidade de produção				
Possui um membro trabalhando extra lote	Possui 2 membros trabalhando extra lote	Possui 4 membros trabalhando extra lote	Total	% Famílias
8 famílias	2 famílias	1 família	11 famílias	73%
Nº de famílias que não possuem membros trabalhando extra unidade de produção				
4				27%
Total de famílias entrevistadas – 15				100%

Quadro 01: Número de famílias com membros trabalhando intra e extra unidade produção familiar

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Os agricultores entrevistados apontam que a partir de 2006, após o intensivo uso da terra para a produção da mandioca objetivando a fabricação e comercialização da fécula (goma), já se percebia a redução da capacidade produtividade dos solos destinados à agricultura, os quais “perderam o vigor da produção” (M.F, 74 anos, agricultor da comunidade Nossa Senhora de Lourdes). Em decorrência disso, tem-se a exigência cada vez maior de mão de obra nos estabelecimentos agrícolas familiares e o aumento nos custos de produção (insumos agrícolas), fazendo com que a geração de renda das famílias dependa do investimento da mão de obra dos membros. Como a “terra da família” não consegue oferecer condições necessárias para manter os membros na unidade de produção, estes passam a vender mão de obra a fim de conseguir recursos financeiros fora do estabelecimento agrícola familiar, provocando uma situação de tensão, pois a existência de uma lacuna na mão de obra da família em certos períodos do ano

resulta também na contratação de trabalhadores para a realização de algumas atividades. Assim, ao mesmo tempo em que a unidade requer um maior investimento da força de trabalho de seus membros, estes também passam a destiná-la a outras atividades agrícolas e não agrícolas fora do estabelecimento da família.

Segundo esses mesmos agricultores, o tipo de despesa é diferente para os membros da família que “ajudam” no roçado, e os “trabalhadores” contratados para realização dos mesmos serviços em caso de limitações de mão de obra na propriedade. Pois, embora não trabalhando em determinados momentos no lote da família, a despesa com o consumo desses membros continua a mesma, uma vez que permanecem residindo na unidade de produção da família. Isto é, em determinados períodos do ano, consomem e não trabalham no lote, o que acaba ocasionando certo desequilíbrio entre o que se produz e o que se gasta na unidade de produção.

Já nos casos em que as famílias precisam pagar mão de obra, a produção final dependerá diretamente do dinheiro que ela possa dispor ao contratado, ou seja, um dinheiro também obtido em outros momentos a partir da mão de obra da família.

Nesse sentido, 63,6% do total de quinze entrevistados relatam ter dois tipos de despesas com a saída dos filhos em determinados períodos da unidade de produção: o consumo do próprio membro e o pagamento ocasional de trabalhadores contratados, pois no caso do dispêndio de mão de obra somente dos membros da família não se teria a contrapartida imediata em dinheiro.

As famílias que possuem membros trabalhando dentro e fora do estabelecimento agrícola familiar (63,6%) são geralmente aquelas compostas por filhos jovens ou adultos que ainda não constituíram uma unidade familiar “autônoma” via casamento e que necessitam da venda de mão de obra tanto para a aquisição de bens de consumo, como roupas, sapatos, perfumes, como para a obtenção e acumulação de recursos para a compra de animais (bovinos) ou até futuramente um lote de terra.

Se por um lado essa situação oferece aos jovens maior independência quanto a sua força de trabalho e manuseio dos recursos obtidos através dela, de outro questiona o papel do pai como organizador do trabalho na unidade de produção dessas famílias.



De modo geral, os pais argumentam que muitas vezes a saída desses filhos para o trabalho extra lote acaba influenciando no trabalho da família como um todo, pois, embora o recurso obtido fora pelos filhos retorne muitas vezes em forma de insumos (adubos, sementes e compra de equipamentos, enxadas, facões), os custos da perda de mão de obra em determinados períodos é bem maior do que o recurso retornado ao estabelecimento, uma vez que a falta de dinheiro para a contratação de trabalhador alugado aumenta a penosidade do trabalho para alguns membros da família. Tal afirmação, quanto à sobrecarga de trabalho, pode ser evidenciada na fala de uma das entrevistadas:

Hoje meu marido planeja fazer as coisas e faz sozinho, pois os filhos estão todos trabalhando fora. Mas, quando os meninos vão para a roça, fazem serviço “pesado” junto com o pai, roça, capina, faz tudo que o pai deles faz. Mas quando os meninos saem para trabalhar fora o pai deles se sobrecarrega, quando tem, paga, quando não tem, vai fazendo o serviço sozinho, mas quando ele vê que não dá conta, o serviço espera, é o jeito! (M.R.F, 54 anos agricultora da comunidade Nossa Senhora de Lourdes).

No caso específico dessa família, enquanto os filhos trabalham em uma empreitada em lotes de vizinhos ou em comunidades próximas, o pai se encarrega de trabalhar sozinho durante vários dias na atividade de capina do roçado da família. O trabalho antes dividido entre os filhos e o pai, cabe temporariamente somente ao pai, fazendo com que outras atividades com o manejo de roças implantadas em terras arrendadas fique comprometido.

Além disso, os agricultores que possuem filhos trabalhando fora da unidade de produção relatam que, geralmente em períodos de preparo de áreas, estes estão contratados para fazer essa mesma atividade em unidades de produção de terceiros (geralmente vizinhos). Portanto, no momento em que o estabelecimento agrícola da família necessita de maior demanda de mão de obra dos seus membros, estes vendem a sua força de trabalho a terceiros. Nessa situação, ocorrem duas formas de organização do trabalho: i) quando o serviço deve ser cumprido de acordo com o calendário agrícola, contrata-se mão de obra para executá-lo; ii) caso a família não disponha de recursos financeiros para contratação, os membros que permanecem na unidade de produção da família se sobrecarregam, executando atividades que antes não lhes eram atribuídas.

Outra situação que reflete as condições em que se desenvolve a agricultura na comunidade é um desfalque na mão de obra de 9,1% das famílias estudadas

referente à saída dos filhos (jovens) para trabalharem na sede do município ou em outros municípios vizinhos.

Até o ano de 2006, quando as áreas ainda ofereciam cultivos com melhores rendimentos, não se percebia a saída frequente dos jovens para trabalharem na sede do município de Mãe do Rio ou em municípios vizinhos. A partir deste período, os filhos jovens (20%) começaram a se dirigir à cidade para trabalharem em supermercados como carregadores e em outros tipos de empreendimentos privados. As filhas que não estenderam seus estudos e não constituíram famílias, passaram a trabalhar como atendentes em lojas ou até mesmo em instituições públicas. Outro caso bem frequente é a saída de jovens para a cidade de Parauapebas (15%). Os relatos apontam que estes acabam saindo por intermédio de outros jovens da comunidade que passaram a trabalhar no município em atividades voltadas para a mineração.

Esta situação que influencia diretamente na organização da unidade de produção da família e, conseqüentemente, na organização do trabalho familiar, foi percebida nos estudos de Stropasolas e Aguiar (2010), em outro contexto. Os jovens questionam a baixa eficiência dos sistemas tradicionais de produção agrícola, baseados em cultivos poucos diversificados (lavoura-pecuária) nas unidades de produção de suas famílias, principalmente quando há limitações de acesso aos fatores de produção: terra, sementes, insumos e maquinários. Os entrevistados comungam a ideia de que o principal estímulo da migração dos jovens para outros locais de trabalho deve-se a esta situação. No entanto, nas conversas informais com jovens da comunidade, constatou-se que além da vulnerabilidade da agricultura, estes admitem que a renda obtida fora do lote da família é uma renda mais segura e muitas vezes fixa, podendo também gerar mais liberdade no uso desse recurso. Segundo aqueles autores, além da vulnerabilidade da atividade agrícola, a própria estrutura fundiária e a característica do trabalho penoso na agricultura desestimulam a permanência do jovem no meio rural, especialmente das moças.

No que diz respeito à divisão do trabalho das famílias após o êxodo de membros para assalariamento em outras regiões, importantes mudanças foram constatadas. Em uma das famílias estudadas, o único filho que ainda residia na unidade de produção familiar saiu para assalariar-se no município de Parauapebas, restringindo a mão de obra e a força de trabalho da unidade ao casal. Com isso, a mãe passou a trabalhar mais frequentemente na roça e a desempenhar tarefas

anteriormente executada pelo filho. Além de novas atribuições na esfera do roçado, a mãe passou a executar outras tarefas no retiro<sup>7</sup> durante o processo da fabricação da farinha. No depoimento a seguir, tais arranjos podem ser percebidos mais claramente:

Aqui em casa agora o trabalho da roça é organizado entre eu e meu marido. Hoje eu capino, não broco, mas planto maniva. Nos serviços da casa o meu marido lava uma loucinha e outra. Como hoje eu e meu marido estamos sozinhos na farinhada, pra nós ficou mais pesado. Antes eu só raspava a mandioca, eu não peneirava. Agora eu peneiro, eu torro, aumentou o serviço, mesmo a gente produzindo menos saca (A.M. 49 anos, agricultora da comunidade Nossa Senhora de Lourdes).

Dessa forma, a organização do trabalho das famílias que possuem membros trabalhando extra lote está mais relacionada à penosidade do trabalho com a ausência dos membros (seja eles em períodos temporários ou permanentes) do que às possíveis alterações nas atribuições de tarefas culturalmente desempenhadas segundo o sexo e a idade. Através da fala da mãe agricultora percebe-se que, mesmo desempenhando a tarefa antes atribuída ao filho, enfatiza que realiza as atividades como uma forma de “ajuda” ao marido. Ou seja, destaca que: “capina e planta, mas não broca<sup>8</sup>”, não realiza atividades que requer força física, mas sim aquelas que predispõem esforço físico como capinar várias horas ao sol.

Mesmo aumentando o tempo de trabalho para realização destas duas atividades, tarefas como a “broca” é tarefa de homem, logo, deverá ser realizada por pessoas do sexo masculino. Isto é, na ausência de um filho adulto que “ajude” o pai na tarefa, ou a família contrata trabalhador, ou o pai realiza a atividade sozinho. Nesse caso, aumenta a quantidade de horas trabalhadas pelo pai e, conseqüentemente, surgem para a esposa outras atividades anteriormente não atribuídas a ela. Portanto, quanto maior a escassez de mão de obra na unidade de produção da família, maior a carga de trabalho e o tempo destinado para a execução das atividades pelos membros.

Em famílias maiores, esta sobrecarga é menos enfatizada e a reorganização do trabalho é configurada de acordo com o sexo e a idade. Mesmo com a saída de um dos filhos e havendo disponibilidade de trabalho de outro filho na unidade de

---

<sup>7</sup> Instalação (local) onde se processa a fabricação da farinha de mandioca. Também conhecido como “casa da farinha” ou “casa do forno”.

<sup>8</sup> Primeira etapa no processo de preparação de áreas para plantio. Consiste no corte de cipós e arbustos (menores) com terçado ou roçadeira, como meio de facilitar a derruba.

produção, este último substituirá o membro se este tiver sexo equivalente e idade suficiente para assumir tal responsabilidade. Neste sentido, os fatores sexo e idade são fundamentais no momento dessa reorganização. Entretanto, deve-se levar em consideração o conjunto de fatores que envolvem o trabalho das famílias (composição, recursos financeiros para contratar trabalhadores em determinados períodos etc.), assim como a existência de uma flexibilidade na organização do trabalho desses agricultores estudados, uma vez que se constatou que não existe um engessamento de papéis na realização das atividades executadas.

Do total dos entrevistados, 80% (16 agricultores) afirmam que a atual condição socioambiental das unidades de produção é um dos principais fatores para a saída dos filhos, fato que reflete a preocupação dos pais em relação à reprodução futura dos seus membros. Nesse sentido, as diferentes situações aqui apresentadas retratam a diversidade que assume a organização do trabalho das famílias estudadas, as preocupações e as perspectivas das mesmas quanto à atual condição do meio em que vivem.

## **REFLEXÕES FINAIS**

Os problemas associados ao esgotamento de recursos naturais nas unidades de produção fazem com que as famílias tomem decisões em relação à gestão dessas unidades e a organização do trabalho de seus membros, sobretudo em termos de alocação de força de trabalho, provocando uma reestruturação dos sistemas de produção nas unidades das famílias. Entre os indicadores dessa reestruturação constam novas formas de gestão e manejo nos roçados, evidenciadas através da redução das áreas de roças e diversidade de espécies nelas cultivadas anteriormente.

Outro indicativo, de que as áreas não têm conseguido oferecer produção que gere renda suficiente para garantir a manutenção de toda família, é a utilização do sistema de arrendamento de terras para implantação de roçados. Nesse tipo de sistema, além das famílias aumentarem seus custos de produção com o pagamento da unidade de área arrendada, estas precisam dispor de uma quantidade maior de mão de obra para manejar roçados fora dos seus estabelecimentos agrícolas.

O aumento de demanda de mão de obra dos membros também é percebido no interior das unidades de produção das famílias, pois, à medida que a terra



apresenta uma situação limitante quanto às suas condições ecológicas, maior deve ser o investimento de trabalho para lidar com essa situação de crise. A redução das áreas para implantação dos roçados e de tarefas a serem executadas no preparo destes, não significa dizer que há menor exigência de mão de obra dos membros na unidade de produção familiar. Ao contrário, como as roças das famílias são implantadas pelos próprios membros de forma manual (tanto nas áreas do lote, como em áreas arrendadas), as unidades de produção necessitam de significativa disponibilidade de mão de obra de seus membros, principalmente nos períodos dos tratamentos culturais, pois, devido à forte incidência de ervas daninhas em terras de baixa fertilidade, aumentam-se o número de capinas efetuadas e o tempo gasto a cada limpeza. Assim, em caso de escassez de mão de obra da família, surge a necessidade de contratação de outras forças de trabalho.

De modo geral, o trabalho das famílias em suas unidades de produção é configurado a partir de uma divisão social do trabalho pautado nas relações de gênero e hierarquias. No entanto, é possível concluir que com a saída dos membros para a execução de atividades extra lote ocorre uma maior flexibilização quanto às atividades culturalmente desenvolvidas pelos membros em suas unidades de produção. Assim, embora os discursos dos entrevistados reforcem a idealização de que trabalho de mulher é “serviço de casa” e trabalho de homem é “trabalho pesado na roça”, essa naturalização é desconstruída na prática diária do trabalho.

Nas famílias que possuem membros trabalhando fora da unidade de produção familiar há uma sobrecarga de trabalho, fazendo com que os demais permaneçam trabalhando integralmente no lote em diferentes tarefas. Diante disso, as delimitações de espaços masculinos e femininos variam e assumem concepções distintas dependendo do contexto em que cada família se insere. Isto é, não existe um engessamento de papéis na maioria das famílias investigadas, mas sim uma complementaridade de atribuições dos membros em caso de escassez de mão de obra nas unidades de produção. Assim, a integração de homens e mulheres em atuações correspondentes, mesmo não sendo tal qual apontado nos modelos ideais, são percebidos nas estratégias familiares para manter a unidade de produção da família funcionando.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Hucitec/Anpocs/Editora UNICAMP, São Paulo, 1992. 275p.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Redescobrimo a família rural. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.1, n.1, p.66-93, 1986.

ALVES, Ketiane dos Santos. **Organização do trabalho de famílias agricultoras na Comunidade Nossa Senhora de Lourdes, Nordeste Paraense**. 2011. 131 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

BATISTA, Maria Grings. **Terra de família-família de trabalho**: estudo de famílias agricultoras no nordeste paraense. 2009. 131 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

BEZERRA, Nicole Rafaela Costa. **Agricultores familiares e sistemas agroflorestais**: A relação família e trabalho em questão. 2010. 133 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

BRITO, J. A. F.; CARVALHO, J. A. M. **As migrações internas no Brasil**: as novidades sugeridas pelos censos demográficos de 1991 e 2000 e pelas Pnads recentes. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006.

CANTARELLI, Johnny. Construindo a vida: homens e mulheres em família e a qualidade de vida de camponeses em uma reserva biológica. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (org.). **Agricultura familiar e gênero**: práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: Ed. da UFPE, 2006. p. 279-299.

CARNEIRO, Maria de Fátima. **Políticas e Colonos na Bragantina, Estado do Pará**: Um trem, a terra e a mandioca. 1990. 288 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1990.

CARNEIRO, Maria José. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra capa liv., 1999. p. 228.

CONCEIÇÃO. Maria de Fátima Carneiro da. Reprodução social da agricultura familiar: um novo desafio para a sociedade agrária do nordeste paraense. P. p 9-259. In: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, S.B; MANESCHY, M.C (orgs). **No mar, nos rios e na fronteira: fases do campesinato no Pará**. Belém: EDUFPA, 2002. 359 p.

D'INCAO, Maria Ângela; COTTA JÚNIOR, Humberto. Transformações e Permanências no Espaço Feminino na Agricultura Familiar. p 429-465. In: D'INCAO, Maria Ângela; ÁLVARES, Maria Luiza Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira dos. **A Mulher e Modernidade na Amazônia**. Belém: GEPEM/CFCH/UFPA, 2001. 208 p.

ÉGLER, Eugenia Gonçalves. A Zona Bragantina no Estado do Pará. **Revista Brasileira de Geografia**, nº 3, p. 527-555, jul./set. 1961.

FLOHRSCHUTZ, G.H.H. **Análise econômica de estabelecimentos rurais do município de Tomé-Açu, Pará**: um estudo de caso. Belém: [s.n.], 1983, p 44.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio. **Terra de trabalho**: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. 236p.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, Unicamp/IE. 1996.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A Morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HURTIENNE, Thomas. A Agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável: problemas conceituais e metodológicos no contexto histórico da Amazônia. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 30, n. Especial, p.442-466, dez.1999.

\_\_\_\_\_. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. **Novos cadernos do NAEA**, Belém, v. 8, n. 1, p. 19-71, jun. de 2005.

IDESP, Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará. **Municípios Paraenses**. Mãe do Rio, Belém, 1990. 29 p.

MOTA, Dalva Maria da. **Olhares sobre a família e trabalho no espaço paraense**. Mimeo, 2008. p. 25.

MOURA, Margarida M. **Os Herdeiros da Terra. Parentesco e Herança numa Área Rural**. São Paulo, Hucitec, 1978.

NEVES, Delma Pessanha. **Lavradores e pequenos produtores de cana: estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 212p.

PENTEADO, Antônio Rocha. **Problemas de colonização e uso da terra na região Bragantina do estado do Pará**. Belém: UFPA, 1967. V. 1.

PESSÔA, Elen Cristina da Silva. **Agricultura familiar no nordeste paraense: um estudo de caso do PRONAF na comunidade Santa Ana – PA Itabocal, Mãe do Rio (PA)**. 2007. 111 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.

SALES, Tereza. **Migrações de fronteira entre o Brasil e os países do Mercosul**. Revista Brasileira de Estudos Populacionais. Campinas, 13 (1), 1996.

SCHNEIDER, Sergio. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. 2.ed. Porto Alegre: Ed. UFRG, 2009. 258 p.

\_\_\_\_\_. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: PARRY, Scott; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda. (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. 480 p.

SEYFERTH, G. **Herança e estrutura familiar camponesa**. Boletim do Museu Nacional. Nova Série, n. 52, maio, 1985.

SILVA, Lorena Holzmann da. Divisão social do trabalho. In: CATTANI, Antonio David (org.). **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1997. p. 64-67.

STROPASOLAS, Valmir Luiz; AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto. **As problemáticas de gênero e gerações nas comunidades rurais de Santa Catarina**. p 159-183. In: PARRY, Scott; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda. (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. 480 p.



VEIGA, José Eli da. **A face rural do desenvolvimento**: natureza, território e agricultura. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000. 197p.

VELHO, Otávio. **Capitalismo Autoritário e Campesinato**. São Paulo, Difel, 1976.

WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, parentes e compadres**. Brasília-DF: Ed. da UnB, 1995. 336p.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília-DF: Ed. da UnB, 1997. 192p.

Artigo:  
Recebido em: Dezembro/2011  
Aceito em: Julho/2012